

ATA NÚMERO 8/XVI/1.^a SL

Aos doze dias do mês de junho de 2024, pelas 9:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição dos peticionários da [Petição n.º 4/XVI/1.^a](#) – Contra a excessiva digitalização no ensino e a massificação dos manuais escolares digitais

1. Audição conjunta dos Presidentes da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), a [requerimento do LIVRE](#), sobre o dever de reporte das escolas face a suspeita de violência sobre crianças

3. Aprovação da ata da reunião anterior

4. Comunicações da Presidente

5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

5.2. Comunicação do BE, CDS-PP e L com designação de membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE)

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 88/XVI/1.^a \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão das regras do prémio salarial de valorização da qualificação por forma a

incluir os beneficiários de bolsas ou prémios atribuídos no exercício de atividades científicas, culturais e desportivas, os jovens integrados no agregado familiar dos seus pais e os titulares de grau de doutor

6. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 100/XVI/1.ª \(IL\)](#) – Inclusão das crianças até aos 3 anos no sistema educativo

7. Discussão e votação do [requerimento do PS](#) para audição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Campo Maior e do Presidente da respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação, sobre a existência de episódios frequentes de violência na Escola Secundária

8. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 261/XV/2.ª](#) – A favor da construção de um pavilhão gimnodesportivo no interior da Escola Básica de Trigal de Santa Maria

9. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 296/XV/2.ª](#) – Petição para a inclusão e financiamento equitativo de projetos de ciência fundamental e ciência aplicada no "Concurso para Projetos em todos os Domínios Científicos"

10. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

2. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Manuela Tender, colocou a Ordem do Dia à votação, que foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

3. Audição dos peticionários da [Petição n.º 4/XVI/1.ª](#) – Contra a excessiva digitalização no ensino e a massificação dos manuais escolares digitais - 09h00 – videoconferência

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas a Catarina Prado e Castro, 1.ª subscritora da petição e lembrou a grelha de tempos das intervenções.

A peticionária referiu o seguinte, em resumo:

1. Manifestou grande preocupação com o uso excessivo de ecrãs por crianças e jovens, destacando o poder aditivo dos jogos de computador e a influência negativa dos smartphones nas escolas;
2. Considera que a presença de smartphones nas escolas perturba a interação social entre as crianças;
3. Destacou os graves prejuízos do uso, sem restrições, da internet para a saúde mental e física das crianças, incluindo problemas como ansiedade, depressão, distúrbios alimentares, automutilação e suicídio;
4. Argumentou que a total substituição dos livros em papel por computadores e tablets acarreta problemas relacionados com a aprendizagem e a saúde, favorecendo a distração e promovendo uma leitura superficial;
5. Criticou a falta de filtros nos dispositivos fornecidos às crianças, expondo-as a conteúdos inapropriados, incluindo pornografia, e destacou a incapacidade das crianças de se autorregularem perante essas distrações;
6. Relatou diversas dificuldades enfrentadas nas escolas na implementação do projeto piloto Manuais Digitais, como falhas técnicas, escassez de técnicos, fraca

- velocidade da internet, que resultam em perda de tempo de aula e desigualdades de acesso;
7. Mencionou que a maioria dos encarregados de educação prefere os manuais em papel, pois acreditam que promovem uma maior concentração e retenção do conhecimento, além de serem mais simples e eficazes de usar;
 8. Criticou a falta de evidências científicas que comprovem os benefícios dos manuais digitais para a aprendizagem e saúde dos alunos, afirmando que os prejuízos são mais evidentes;
 9. Relatou o descontentamento generalizado entre alunos, pais e professores com o projeto piloto, com uma maioria expressiva de opiniões negativas e uma preferência clara pelo retorno aos manuais em papel;
 10. Citou, ainda, recomendações de organizações como a OMS e a UNESCO para a implementação de medidas protetoras contra o uso excessivo de ecrãs, e referiu a experiência da Suécia, que reintroduziu livros devido a défice dos alunos em leitura e escrita.

Intervieram depois os Senhores Deputados Ângela Almeida (PSD), Miguel Cabrita (PS), José Carvalho (CH e relator da petição), Patrícia Gilvaz (IL) e Isabel Mendes Lopes (L), que se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das intervenções dos Deputados, a 1.^a peticionária referiu o seguinte em síntese:

1. Considerou ser importante publicar os dados dos inquéritos realizados, uma vez que possuem amostras semelhantes às do relatório de 2021, com respostas de quase 500 encarregados de educação e quase 200 professores;
2. Criticou a falta de avaliações públicas do projeto piloto após o primeiro ano, apesar de a implementação estar no quarto ano e professores, alunos e pais responderem anualmente a inquéritos;
3. Destacou a importância de haver relatórios anuais para avaliar a continuidade ou término do projeto piloto, algo que considera essencial para a transparência e a tomada de decisões informadas;

4. Sugeriu que, em vez de se distribuírem portáteis e tablets aos alunos, as escolas deveriam ter salas de informática bem equipadas, onde os alunos pudessem adquirir competências digitais durante o período letivo, sem a necessidade de ter dispositivos nas mãos o tempo todo;
5. Defendeu a manutenção dos manuais em papel, ressaltando que a aprendizagem através da leitura e escrita em papel é comprovadamente benéfica, segundo a ciência, professores, pais e crianças;
6. Reconhece a importância dos recursos digitais, mas como complemento ao ensino tradicional, num modelo misto que já existia antes dos manuais digitais;
7. Propôs que o investimento em materiais digitais fosse redirecionado para melhorar os recursos humanos e as infraestruturas físicas das escolas;
8. Mencionou que pré-adolescentes e adolescentes passam muitas horas diárias conectados à internet, o que representa uma perda de tempo e oportunidades de desenvolvimento de competências importantes;
9. Enfatizou a importância de proporcionar uma infância e adolescência saudáveis, permitindo tempo para brincar, socializar, experimentar e desenvolver criatividade, áreas prejudicadas pelo uso excessivo de ecrãs;
10. Concluiu que a distribuição de computadores deve ser limitada ao ensino secundário, e mesmo assim, com dispositivos equipados com filtros apropriados para conteúdos adultos, sugerindo que crianças mais jovens não deveriam ter os seus próprios computadores.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na [página da internet da audição](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

4. Audição conjunta dos Presidentes da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), a [requerimento do LIVRE](#), sobre o dever de reporte das escolas face a suspeita de violência sobre crianças

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas à Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), Dra.

Rosário Farmhouse, aos representantes da APAV - Dr. Daniel Cotrim, Assessor Técnico da Direção e Dra. Inês Gonçalves, Assessora - e ao Presidente da Direção da ANDAEP - Dr. Filinto Lima e explicou a grelha de tempos.

De seguida passou a palavra à Senhora Deputada Isabel Mendes Lopes (L) que apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar.

A Dra. Rosário Farmhouse referiu o seguinte, em resumo:

1. Destacou o papel das escolas no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens, sendo a segunda entidade que mais comunica situações de perigo às CPCJs, depois das forças de segurança;
2. Informou que em 2023, as escolas comunicaram 9.929 situações de perigo às CPCJs, um aumento significativo, refletindo a sensibilização contínua para a importância dessas comunicações;
3. Em relação à formação de docentes e não docentes disse que em 2023, mais de 2.200 docentes e não docentes foram formados para reconhecer sinais de maus-tratos, mostrando o esforço contínuo na formação específica para melhor proteção das crianças;
4. A Comissão Nacional atribui distinções às escolas com boas práticas na promoção e proteção dos direitos das crianças, com 202 entidades já distinguidas, incentivando políticas proativas;
5. Reconheceu alguma resistência por parte das escolas em aplicarem a lei tutelar educativa, sublinhando a importância de um entendimento correto da lei para prevenir futuros problemas;
6. O bullying nas escolas, especialmente o bullying social, é um problema sério e muitas vezes desvalorizado;
7. As escolas devem criar mecanismos para registarem comportamentos indicativos de perigo, mesmo que não os comuniquem imediatamente à CPCJ, pois este registo ajuda a monitorar e proteger melhor as crianças.

Os representantes da APAV referiram o seguinte, em resumo:

1. A escola é identificada como um espaço onde crianças e jovens adquirem competências de socialização, mas também enfrentam várias formas de violência que podem limitar o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e físico;
2. Entre 2022 e 2023, a APAV registou um aumento de 19% nos pedidos de apoio de crianças e jovens, refletindo um aumento da violência e delinquência juvenil em contexto escolar;
3. Muitas vezes, as escolas não respondem adequadamente às situações de violência, minimizando os problemas ou referenciando-os apenas para entidades externas, sem abordar o problema dentro do ambiente escolar;
4. É essencial que as escolas desenvolvam uma cultura que valorize as vítimas e estabeleçam protocolos claros para garantir uma resposta eficaz e padronizada a situações de violência. A adesão a programas de prevenção de violência deve ser obrigatória, não facultativa;
5. A formação de professores, educadores e assistentes operacionais é crucial para reconhecer e agir sobre sinais de violência. Assistentes operacionais, em particular, desempenham um papel importante na ligação entre a escola e as famílias;
6. As escolas devem ser espaços de segurança e proteção, com supervisão adequada para prevenir a violência. É importante que haja uma abordagem de tolerância zero à violência emocional, física e digital;
7. A APAV defende a introdução de sanções legais para a omissão do dever de denúncia de crimes contra crianças e pessoas vulneráveis, garantindo que todos os profissionais que têm conhecimento de tais crimes sejam obrigados a denunciá-los às autoridades competentes.

Dr. Filinto Lima referiu o seguinte em resumo:

1. Os diretores das escolas públicas portuguesas estão cientes da obrigação moral e legal de denunciar casos de violência e maus-tratos;
2. É necessário esclarecer se as denúncias de violência se referem apenas a escolas públicas ou também incluem escolas privadas, pois os mecanismos de denúncia nas escolas públicas são bem conhecidos e utilizados;
3. As escolas públicas contam com psicólogos, educadores sociais e mediadores de conflitos, que desempenham um papel crucial na identificação e denúncia de maus-tratos a menores;

4. É urgente rever o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que está desatualizado e inadequado para a realidade atual das escolas, abordando direitos e deveres dos alunos e processos disciplinares;
5. Algumas escolas públicas enfrentam uma carência de assistentes operacionais, que são essenciais para a supervisão e apoio aos alunos, especialmente aqueles que têm necessidades específicas;
6. As CPCJs estão sobrecarregadas e precisam de mais recursos humanos para lidar eficientemente com o elevado número de casos reportados pelas escolas, garantindo uma resposta rápida e adequada.

Intervieram depois os Senhores Deputados Pedro Alves (PSD), Rosário Gambôa (PS), João Tilly (CH), Patrícia Gilvaz (IL) e Isabel Mendes Lopes (L), que se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das intervenções dos Deputados, pronunciaram-se os representantes das entidades, nos termos abaixo indicados.

A Dra. Rosário Farmhouse referiu o seguinte, em resumo:

1. A Comissão Nacional tem-se empenhado em fornecer formação tanto para escolas públicas quanto privadas, destacando que a violência é transversal a todas as classes sociais;
2. As CPCJs enfrentam uma falta significativa de recursos humanos, o que compromete a sua capacidade de responder adequadamente ao volume de processos, especialmente nas áreas metropolitanas com um número elevado de casos;
3. Há consenso sobre a urgência de rever o Estatuto do Aluno, que está desatualizado e inadequado, especialmente em relação às sanções aplicadas a alunos que cometem atos violentos, como suspensões, que são vistas como um «prémio»;
4. Identificar e sancionar escolas e profissionais que não comunicam adequadamente situações de perigo é crucial. A falta de denúncia tempestiva dificulta a intervenção precoce e efetiva;
5. A atual legislação de proteção de dados dificulta o acesso da Comissão Nacional a informações essenciais para a proteção das crianças. A legislação precisa de

equilibrar a proteção dos dados com a necessidade de proteger efetivamente as crianças;

6. A Comissão Nacional promove campanhas como «Proteger Crianças Compete a Tod@s» para incentivar a denúncia de situações de perigo, incluindo a opção de denúncia anónima para proteger denunciante em comunidades pequenas.

Os representantes da APAV mencionaram o seguinte, em síntese:

1. A prevenção é essencial e fundamental para erradicar a violência escolar, que transcende os muros da escola, influenciada pelas comunidades e famílias;
2. É preciso encorajar a participação de todos os pais na vida escolar, independentemente do desempenho dos filhos, bem como a formação contínua para professores e assistentes operacionais, por profissionais especializados;
3. As escolas devem reconhecer e monitorar as zonas sem supervisão, onde ocorrem a maioria das situações de violência;
4. Devem ser criados guias claros para lidar com a violência escolar, conhecidos por toda a comunidade escolar;
5. Deve analisar-se a extensão da denúncia obrigatória às situações de direito privado. A legislação deve prever mecanismos para intervir sem o consentimento do titular da responsabilidade parental em casos de suspeita de violência;
6. Devem ser diferenciadas as situações de conflito e de violência, evitando a mediação nos casos de violência, que pode aumentar o risco para a vítima, uma vez que a mediação na escola é ineficaz em situações de violência devido à relação de poder entre vítima e agressor;
7. Muitas famílias não reportam situações de violência escolar devido à perceção de que não foram devidamente tratadas pelas escolas ou que as questões foram negligenciadas, assim a APAV baseia-se em dados empíricos para entender essas situações, enfatizando a necessidade de mais apoio para as vítimas durante o processo de referência.
8. Não existe uma análise estatística acessível sobre violência doméstica em contextos escolares, é assim importante desenvolver um perfil detalhado das formas de violência nas escolas, identificando os perpetradores, o momento e o *modus operandi* desses casos para melhorar a intervenção e prevenção.

Dr. Filinto Lima indicou o seguinte, em resumo:

1. Os diretores das escolas e as comunidades devem denunciar tanto incidentes dentro como fora das escolas, discutindo as implicações legais para diretores que não agem conforme necessário;
2. Manifestou-se contra generalizações relativas à qualidade das escolas públicas, reconhecendo a necessidade de melhorias específicas sem desqualificar completamente o sistema;
3. Destacou a importância de recursos humanos e materiais adequados, incluindo a presença policial proativa;
4. Defendeu a necessidade de formação contínua para diretores, professores e assistentes operacionais, especialmente em áreas críticas, como proteção infantil e gestão de conflitos;
5. Solicitou uma revisão urgente do Estatuto do Aluno e da portaria de rácios para adequar o número de assistentes operacionais às necessidades atuais das escolas;
6. Elogiou os serviços de psicologia, orientação, assistência social e educadores sociais nas escolas públicas, destacando o seu papel essencial na prevenção e gestão de situações problemáticas;
7. Por fim, alertou para a necessidade urgente de serem devolvidos às escolas os fundos financeiros retidos, vitais para as despesas escolares, solicitando a intervenção da Comissão junto do Ministério das Finanças.

A gravação vídeo da audição e a documentação entregue estão disponibilizadas na [página da internet da respetiva audição](#), pelo que se dispensam maiores desenvolvimentos nesta sede.

5. Aprovação da ata da reunião anterior

A ata da reunião da Comissão de 28 de maio de 2024 foi aprovada por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

6. Comunicações da Presidente

5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Lei – Generalidade

A Senhora Presidente da Comissão informou que:

- O [Projeto de Lei n.º 154/XVI/1.ª \(BE\)](#) – *Cria o regime de compensação a docentes deslocados*, tinha baixado a esta Comissão a 31/05 e que o respetivo relatório seria apreciado na reunião do dia 25/06. A coordenadora do Grupo Parlamentar do PS disse que indicaria posteriormente o nome do Deputado relator.
- O [Projeto de Lei n.º 161/XVI/1.ª \(PCP\)](#) – *Criação de uma rede pública de creches*, tinha baixado a esta Comissão a 6/06 e que o respetivo relatório seria apreciado na reunião do dia 03/07. A coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD indicou que a relatora seria a Senhora Deputada Cidália Abreu (PSD).
- O [Projeto de Lei n.º 170/XVI/1.ª \(BE\)](#) – *Inclusão das creches no sistema educativo*, tinha baixado a esta Comissão a 7/06 e que o respetivo relatório seria apreciado na reunião do dia 03/07. A coordenadora do Grupo Parlamentar do PS disse que indicaria posteriormente o nome do Deputado relator.

ii. Projetos de Resolução – Generalidade

A Senhora Presidente da Comissão informou ainda que:

- O [Projeto de Resolução n.º 126/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – *Pela suspensão e revisão do Projeto MAIA*, tinha baixado a esta Comissão a 29/05 e que a Senhora Deputada Inês Corte Real (PAN) tinha pedido a sua discussão na sessão plenária de 21/6, conjuntamente com a [Petição n.º 143/XV/1.ª](#) – *Pela cessação do Projeto Maia*.
- O [Projeto de Resolução n.º 130/XVI/1.ª \(PSD\)](#) – *Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar*, tinha baixado a esta Comissão a 03/06. A

coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD informou que pretendia a discussão na sessão plenária.

- O [Projeto de Resolução n.º 142/XVI/1.ª \(PCP\)](#) – *Valorizar os recreios, promover o seu papel pedagógico, lúdico e social*, tinha baixado a esta Comissão a 06/06 e o Grupo Parlamentar do PCP informou que pretendia a sua discussão na sessão plenária.

5.2. Comunicação do BE, CDS-PP e L com designação de membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE)

A Senhora Presidente transmitiu as seguintes informações dos Grupos Parlamentares:

- BE
 - ✓ Efetiva: Maria Deolinda Marques Dias Martin (já foi indicada em 2022 e mantém o mandato até 2026)
 - ✓ Suplente: Rita Gorgulho (substitui o suplente atual e completará o mandato até 2026) – Juntaram currículo e declaração de aceitação da candidatura
- CDS-PP
 - ✓ Efetivo: António José Carlos Pinho – Juntaram nota biográfica e declaração de aceitação da candidatura
 - ✓ Raquel Paradela Faustino - Juntaram nota biográfica e declaração de aceitação da candidatura
- Livre
 - ✓ Solicitou mais uma semana para indicar os seus representantes (até tendo em conta que as eleições para cargos externos, quando existem, foram adiadas para 19 de junho pela Conferência de Líderes)

Mais informou que pode ser consultada na [página da DAPLEN](#) na ARNET a informação respeitante a *Entidades e Órgãos Externos para os quais a AR elege ou designa membros*, constando no que se refere ao CNE, que o mandato dos seus membros é de

4 anos, tendo tido início em junho de 2022 (pelo que termina em 2026) e a menção dos efetivos e suplentes representantes dos GP existentes naquela data, a saber, do PS, PSD, CH, IL, PCP e BE.

Esclareceu que o L e o CDS-PP não eram GP na XV legislatura, pelo que não tinham representantes no CNE e que os representantes que agora forem designados completam o mandato até 2026.

Mais informou que em 2022 foi feita a audição prévia do candidato a Presidente, que foi eleito e foi dispensada a audição dos representantes dos GP, que são designados sem eleição e que de harmonia com a interpretação do artigo 257.º do RAR, constante da Súmula n.º 52 da Conferência de Líderes, realizada em 24/3/2024, «foi esclarecido que a audição prévia obrigatória se refere a candidatos a eleições e não a pessoas a designar por outras formas (personalidades indicadas pela Assembleia da República, sem eleição, ou representantes indicados pelos próprios Grupos Parlamentares), a não ser que a Comissão competente delibere proceder à sua audição».

Assim, questionou se a Comissão pretendia fazer a audição prévia dos representantes agora indicados pelos GP para o CNE (suplente do BE e representantes do CDS-PP e L).

Intervieram, depois as Senhoras Deputadas Inês Barroso (PSD), Rosário Gambôa (PS), Maria José Aguiar (CH), e Patricia Gilvaz (IL) que consideraram não se justificar realizar a audição prévia.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 88/XVI/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão das regras do prémio salarial de valorização da qualificação por forma a incluir os beneficiários de bolsas ou prémios atribuídos no exercício de atividades científicas, culturais e desportivas, os jovens integrados no agregado familiar dos seus pais e os titulares de grau de doutor

O projeto de resolução, acima identificado, foi discutido, com intervenções dos Senhores Deputados Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Isabel Ferreira (PS), Barreira Soares (CH) e Inês Sousa Real (PAN).

A informação da discussão encontra-se disponível na [página da internet do projeto de resolução](#).

8. Discussão e votação do relatório do [Projeto de Lei n.º 100/XVI/1.ª \(IL\)](#) – Inclusão das crianças até aos 3 anos no sistema educativo

A Senhora Deputada Cidália Abreu (PSD) apresentou o relatório, seguindo-se as intervenções das Senhoras Deputadas Rosário Gambôa (PS), Maria José Aguiar (CH) e Patricia Gilvaz (IL) que felicitaram a apresentação.

Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

9. Discussão e votação do [requerimento do PS](#) para audição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Campo Maior e do Presidente da respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação, sobre a existência de episódios frequentes de violência na Escola Secundária

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) apresentou o requerimento que tem como objetivo discutir os incidentes sistemáticos que perturbam a comunidade escolar nesta escola. Considera-se necessário ouvir o Diretor do Agrupamento e o Presidente da Associação de Pais para entender melhor a situação e encontrarem-se soluções para os conflitos persistentes relatados.

Interveio depois o Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) que expressou preocupação com todas as questões de violência nas escolas, porém considerou que a discussão de casos específicos pode sobrecarregar o labor da Comissão, cuja atividade se deve focar na fiscalização do trabalho do governo.

Interveio também a Senhora Deputada Maria José Aguiar (CH) que por um lado, agradeceu ao GP do PS a apresentação do requerimento e, por outro, criticou a inação do PS durante o seu período de governo em relação ao problema de violência,

especialmente no contexto da comunidade cigana em Campo Maior. Expressou ainda esperança de que a Comissão possa vir a criar um grupo de trabalho dedicado a este problema específico, que o seu Grupo Parlamentar havia proposto, de modo a enfatizar a necessidade de uma abordagem mais direta e eficaz sobre este problema e reforçou o compromisso do seu Grupo Parlamentar com a segurança dos alunos e o apoio às iniciativas que visam resolver problemas de violência nas escolas.

Colocado a votação, o requerimento foi aprovado com votos a favor dos Deputados do PS, do CH e da IL e com a abstenção do PSD, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

10. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 261/XV/2.^a](#) – A favor da construção de um pavilhão gimnodesportivo no interior da Escola Básica de Trigal de Santa Maria

A Senhora Deputada Cidália Abreu (PSD) apresentou o relatório, seguindo-se as intervenções das Senhoras Deputadas Luísa Areosa (CH), Rosário Gamboa (PS) e Patricia Gilvaz (IL) felicitando a sua apresentação.

Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

11. Discussão e votação do relatório final da [Petição n.º 296/XV/2.^a](#) – Petição para a inclusão e financiamento equitativo de projetos de ciência fundamental e ciência aplicada no "Concurso para Projetos em todos os Domínios Científicos"

A Senhora Deputada Isabel Ferreira (PS) apresentou o relatório, seguindo-se as intervenções das Senhoras Deputadas Inês Barroso (PSD) e Maria José Aguiar (CH) felicitando a sua apresentação.

Colocado a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

12. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 1.^a Sessão Legislativa

Consensualizado em reunião de mesa e coordenadores, o plano de atividades para a 1.^a sessão legislativa foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, da IL registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

A Senhora Presidente questionou os Grupos Parlamentares se pretendiam realizar alguma das atividades nele previstas até ao final de julho.

Intervieram depois as Senhoras Deputadas Inês Barroso (PSD) e Rosário Gamboa (PS), que consideraram que até à interrupção dos trabalhos para férias não seria viável realizar nenhuma atividade, e que durante o período do Orçamento do Estado também não deveria ser agendada nenhuma.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) disse que o seu grupo Parlamentar enviaria uma proposta de calendário para as atividades.

A Senhora Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares que fossem refletindo em possíveis personalidades a convidar para as diversas atividades, bem como a pensar na primeira visita a realizar, agradecendo depois os contributos e cedências feitas por todos os Grupos Parlamentares.

13. Outros assuntos

Neste ponto pediu a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) para se pronunciar sobre a reiteração feita pelos serviços da Comissão a uma entidade, relativamente a um pedido de informação não respondido, no âmbito da apreciação de uma petição. Considerou o Senhor Deputado que os pedidos não deveriam ser reiterados por sistema, ou seja, o pedido de insistência deve ser uma iniciativa da deputada relatora e submetido à apreciação da Comissão.

Pronunciaram-se, depois, os Senhores Deputados Rosário Gambôa (PS), Isabel Ferreira (PS), Maria José Aguiar (CH) que concordaram com a sugestão do Senhor Deputado Pedro Alves (PSD).

14. Data da próxima reunião

Neste ponto a Senhora Presidente informou que a próxima reunião da comissão teria lugar no dia 18/06 às 15h00 e que a FENPROF informou não ter disponibilidade nesse dia para vir à audição. A audição do Presidente do Conselho Nacional de Educação sobre o Relatório do Estado da Educação 2022 (Edição 2023) estava confirmada para as 15h00, e a audição dos peticionários da [Petição n.º 17/XVI/1.^a](#) – *Pela criação da carreira de Técnico Auxiliar de Educação* também estava confirmada.

A reunião foi encerrada às 12:33 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2024

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Ângela Almeida (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Sonia Dos Reis (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Elza Pais (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Palmira Maciel (PS)
Rosário Gambôa (PS)
José Carvalho (CH)
Luísa Areosa (CH)
Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Isabel Mendes Lopes (L)
Cidália Abreu (PSD)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
João Tilly (CH)
José Barreira Soares (CH)
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eva Brás Pinho (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Joana Mortágua (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Begonha (PS)
Paula Santos (PCP)
Paulo Nuncio (CDS-PP)
Alfredo Maia (PCP)